

HABEAS CORPUS Nº 543.091 - SP (2019/0327080-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : MARCOS HAMILTON BONFIM
ADVOGADO : MARCOS HAMILTON BOMFIM - SP350833
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS RODRIGUES TEIXEIRA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCAS RODRIGUES TEIXEIRA LIMA, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 71):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE ENTORPECENTES - Pedido de revogação da prisão - Pressupostos e fundamentos para a segregação cautelar presentes - Decisão que justifica suficientemente a custódia preventiva - Constrangimento ilegal não caracterizado - Ordem denegada.

O paciente foi preso em flagrante em 20/9/2019, pela prática do crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006, tendo a prisão em flagrante sido convertida em preventiva.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, argumentando que o paciente não exerce o tráfico, negando a autoria do delito. Alega, ainda, desproporcionalidade da prisão, condições pessoais favoráveis, ausência de justa causa e inidoneidade dos fundamentos da segregação cautelar.

Deferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 58-59):

Conforme narrado pelos policiais militares da Força Tática, estavam em patrulhamento de rotina no bairro Monte Carlos, nessa cidade, local onde morava indivíduo conhecido como "Luquinha", sobre o qual pesavam várias "denúncias" da prática do tráfico de drogas e, em dado momento, ao adentrarem à rua Maria Rodrigues de Melo, perceberam que o autuado saía de sua residência e ocupava sua motocicleta Honda/Titan, placa DPY 9406, e este, ao perceber a aproximação da guarnição, deixou o local rapidamente, no entanto fora perseguido e, no caminho, os milicianos notaram quando ele dispensou algo do bolso, sendo em seguida abordado, ocasião em que estava com o forro do bolso esquerdo para fora. Com o autuado, foi encontrada a quantia de R\$ 20,00 (vinte reais) e um aparelho celular. Os milicianos então refizeram o percurso de fuga do autuado, uma quadra antes, e encontraram jogada ao solo algumas embalagens com resquícios de cocaína, assim como ao lado, **2 (duas) porções maiores e mais 9 (nove) menores envoltas em sacolas plásticas, contendo em seu interior, crack, que juntas pesaram 7,26g (sete gramas e vinte e seis centigramas)**. Os milicianos se dirigiram à residência do autuado e encontraram a quantia de R\$ 109,00 (cento e nove reais) e outro aparelho celular, bem como várias outros pedaços de sacolas plásticas cortadas usados comumente para embalar crack e cocaína. Inquirido em Delegacia, o autuado negou ser traficante, apesar de já ter sido preso por tráfico e encontrar-se em liberdade provisória, alegando que é viciado e, por ocasião da abordagem policial, ter dispensado três porções de "crack" que possuía para consumo próprio. No presente ato, ratificou a versão policial, negando ser traficante. Pois bem. Nesse contexto, em que pese a negativa ofertada pelo policial, negando ser traficante. Pois bem. Nesse contexto, em que pese a negativa ofertada pelo autuado, presentes se acham, nesse momento de cognição sumária, indícios de autoria e materialidade delitiva em crime equiparado a hediondo, sendo inviável a concessão de liberdade provisória. De fato, o crime imputado é grave e deve ser combatido, impedindo com isso o uso de tóxicos, tão prejudicial à saúde e causador de intranquilidade no seio social, exigindo das autoridades constituídas uma resposta firme, sob pena de descrédito na população. Vale lembrar que o tráfico envolve pessoas que disseminam um vício nefasto, movidas pela cobiça e pelo enriquecimento ilícito, constituindo, ainda, delito que fomenta a maior parte dos delitos patrimoniais, notadamente os mais graves, o que impõe a necessidade de garantir a ordem pública local. Não se olvide que a decretação ou a manutenção de tal prisão decorre não de um juízo de certeza, mas de mero risco, ou seja, vislumbrando a probabilidade de dano à ordem pública, à instrução criminal e à aplicação da lei penal, não há se falar em prisão arbitrária, abusiva ou ilegal, mas legítima. Outrossim, é vasto o entendimento de que a

prisão processual não afronta o princípio de presunção de inocência e de que não se deve conceder o benefício da liberdade provisória somente pelos predicados pessoais do autuado. **Somado a isso, a folha de antecedentes e certidão carregadas aos autos indicam que o autuado possui envolvimento com crimes da mesma natureza, em tese, aqui praticado. Ademais, é de se ver que o autuado, em razão de envolvimento recente (28.09.2018) pelo mesmo delito aqui investigado (tráfico de drogas), já passou por audiência de custódia, oportunidade em que, diga-se, foi convertida a sua prisão em flagrante em prisão preventiva, de modo que, com a reiteração de sua conduta, demonstra evidente descaso com a Justiça Pública, bem como, manutenção da opção pela vida delituosa.** Portanto, destarte, apesar da excepcionalidade, mas diante do contexto dos autos e para garantia da ordem pública, a custódia processual é de ser mantida, bem como não se afigura recomendável a sua substituição por medida cautelar diversa. A argumentação trazida pelo nobre Defensor, voltada a caracterização do delito, é matéria de mérito a ser analisada nos autos da futura ação penal. [...]. Por todo o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, ambos do Código de Processo Penal, CONVERTO a prisão em flagrante de LUCAS RODRIGUES TEIXEIRA LIMA, em preventiva.

Como antecipado em exame liminar que ora se confirma, do decreto de prisão consta fundamentação concreta, baseada na na vivência delitiva do paciente, uma vez que, segundo se aponta, *a folha de antecedentes e certidão carregadas aos autos indicam que o autuado possui envolvimento com crimes da mesma natureza.*

Contudo, ao analisar as circunstâncias do caso, verifica-se que, embora o decreto prisional indique fundamento concreto, os riscos apontados não exigem tão gravosa cautelar como a prisão, pois a quantidade de entorpecente apreendido não se revela expressiva - 2 (duas) porções maiores e mais 9 (nove) menores envoltas em sacolas plásticas, contendo em seu interior, crack, que juntas pesaram 7,26g (sete gramas e vinte e seis centigramas), bem como o paciente é primário (fls. 55-56).

Nesse sentido, para evitar o risco de nova reiteração delitiva, suficiente é a imposição das seguintes medidas cautelares penais diversas da prisão processual: (a) apresentação a cada 2 meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade; (b) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando a acusada ao processo; e (c) proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico e outras atividades criminosas, como garantia à instrução e proteção contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de outras medidas cautelares pelo Juízo de origem, desde que devidamente fundamentadas, além da decretação da prisão,

com fundamento exclusivo em fatos novos.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus*, para a soltura do paciente LUCAS RODRIGUES TEIXEIRA LIMA, a fim de determinar o cumprimento da medida cautelar de apresentação a cada 2 meses, proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial e proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas, o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator